

ASPECTOS JURÍDICOS DOS BRICS: UMA ABORDAGEM DA SUA IMPORTÂNCIA GEOESTRATÉGICA

Thiago Pires de Oliveira¹

José Luiz Oliveira de Paula²

Trabalho científico apresentado às
Faculdades Integradas Vianna Júnior
como requisito para a conclusão de PIC -
Projeto de Iniciação Científica 2010/2011.

RESUMO

O presente trabalho tem a finalidade precípua de ser um farol para o entendimento da estrutura de poder dos países BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), bem como avaliar a entrada da África do Sul neste grupo, agora denominado BRICS. O BRICS constituiu-se num grupo de discussão estratégica de países que juntos possuem 40% da população mundial, 18% do Produto Bruto Mundial e 15% do comércio global. O comércio entre os membros do BRICS na década de 2000 totalizou U\$\$ 230 bilhões de dólares, aumentando em média 28% ao ano. Tais números demonstram de maneira inequívoca que o estudo do supracitado grupo é condição sine qua non para a correta compreensão da Nova Ordem Mundial que

¹ Acadêmico do 3º período do Curso de Direito das FIVJ

² Professor Mestre das FIVJ

Volume 2 - Número 1

se configura no século XXI, na qual o BRICS desempenhará papel fundamental e protagonista.

PALAVRAS CHAVES: BRIC. GEOPOLÍTICA. GEOESTRATÉGICA. DIREITO COMPARADO E ECONOMIA.

INTRODUÇÃO

O conceito dos BRIC foi cunhado pelo economista-chefe da Goldman Sachs Jim O'Neil, em estudo de 2001³. O acrônimo BRIC não existia até então, quer oficial, quer informalmente.

Outrossim, o excelente acolhimento obtido pela ideia de um novo conjunto de futuras economias preeminentes fez com que, a partir de então, se adotasse o paradigma dessa noção virtual como correspondendo a uma nova realidade, digna, portanto, de ser contemplada em análises e formulações sobre as relações econômicas contemporâneas.

Cumprе salientar, todavia, que a origem do nome do grupo teve a finalidade precípua de apresentá-lo sinalizando os novos fundamentos - *bricks*(tijolos) - da futura economia mundial em meados do século XXI⁴.

Nesse contexto, os expressivos indicadores econômicos atuais e projetados para Brasil, Índia, Rússia e China os singularizam em relação aos demais países em desenvolvimento. Esses indicadores, acabam por corroborar a tese de O'Neil.

Com efeito, em 2003 os BRIC correspondiam a 9% do PIB mundial⁵ e entre 2003 e 2007, o crescimento dos países do BRIC representou 65% da expansão do PIB mundial.

³Intitulado, na tradução livre, Construindo Melhores Economias Globais: BRICs (*"Building Better Global Economic BRICs"*), publicado em novembro de 2001, realizou a proposta de um novo "grupo econômico", integrado pelas quatro maiores economias emergentes (Brasil, Índia, Rússia e China).

⁴O Brasil e os demais BRICs – Comércio e Política. Brasília, DF:CEPAL. Escritório no Brasil/IPEA, 2010.

Já em 2008, as economias dos quatro países respondiam, em conjunto, por 15% da economia mundial, com um PIB conjunto de US\$ 8,9 trilhões. Considerando o PIB pela paridade de poder de compra, esse índice é ainda maior: mais de US\$ 15 trilhões, ou 21%.

Há estimativas de que o PIB dos BRIC supere o do G7 por volta de 2035. Em paridade de poder de compra, o PIB dos BRIC já supera hoje o dos EUA e o da União Europeia.

Pode-se observar que o comércio entre os quatro desenvolveu-se significativamente e com grande complementaridade. Ao analisar-se a corrente de comércio entre os países do BRIC no período de 2003 a 2008, pode-se perceber vertiginoso aumento no fluxo.

O comércio Brasil-Rússia cresceu de US\$ 2 bilhões em 2003 para US\$ 8 bilhões em 2008; o comércio Brasil-Índia, de US\$ 1 bilhão em 2003 para US\$ 4,7 bilhões em 2008; e o comércio Brasil-China, de US\$ 6,7 bilhões em 2003 para US\$ 36,4 bilhões em 2008. Somando os dados, verifica-se que o comércio do Brasil com os demais membros do BRIC cresceu de US\$ 9,8 bilhões em 2003 para US\$ 49 bilhões em 2008 – um aumento de 500%.⁶

O Brasil é, possivelmente, a economia mais diversificada do BRIC e apresenta-se como uma potência agrícola, grande produtor de energias renováveis, além de expertise na construção Aeronáutica Civil, bem como de manufaturados diversos. A descoberta de grandes bacias petrolíferas em águas ultra-profundas da Plataforma Marítima brasileira, na camada conhecida como Pré-Sal, abre um novo campo de oportunidades para a economia do país, notadamente na indústria de construção naval, bem como em toda cadeia Petroquímica e infraestrutura.

A Rússia é importante produtor de combustíveis fósseis, como petróleo e gás natural, além de ter liderança na Construção aeronáutica militar e assuntos que envolvem tecnologia de ponta na área nuclear. Tem investido fortemente em

⁵ "Sonhando com BRICs: O Caminho para 2050" ("Dreaming with BRICs: The Path to 2050"), tratou-se acerca da evolução da economia mundial até 2050.

⁶ Segundo dados do Ipea e do IBGE.

Volume 2 - Número 1

inovação tecnológica em setores diversos, com o intuito de dinamizar sua economia.

A China possui crescimento notável, em todas as áreas de média e alta tecnologia. O país tem se destacado em construir suas próprias multinacionais em setores estratégicos, a saber: automobilístico, naval, aeronáutico, micro-eletrônica, siderurgia e indústria pesada.

A Índia experimentou grande desenvolvimento na área de produção de software, siderurgia, medicamentos genéricos e material genético. Também tem investido boa parte de seu orçamento nacional em inovação tecnologia para ser competitiva em setores que o Estado Indiano considera estratégicos.

Os membros dos BRIC possuem desafios comuns decorrentes da dimensão territorial, das disparidades econômicas e sociais e do ainda frágil tecido social. Ademais, desejam uma nova configuração da ordem internacional, reformada e multipolar, para constituição de um cenário mundial no qual sejam atores protagonistas.

Nesse sentido, conquanto sejam conhecidas assimetrias significativas entre os BRIC, há possibilidades de sinergias tanto para o diálogo político quanto para iniciativas de cooperação, à luz da excelência que cada um detém em determinados segmentos. Os quatro países atribuem importância, por exemplo, à autonomia tecnológica em setores de ponta, como o aeroespacial.

Pode-se indicar que a Reunião de Chanceleres dos quatro países, em Ecatimburgo, em maio de 2008, institucionalizou a vertente política do BRIC. Na oportunidade, o agrupamento recebeu formato mais estruturado. O encontro foi antecedido por uma reunião de Vice-Ministros, no Rio de Janeiro, em março 2006.

O BRIC apresenta-se como possibilidade de construção de um rico diálogo entre os países-membros. Há muitos pontos de convergência e sinergias capazes de impulsionar a agenda internacional. Nesse sentido, este estudo tem o objetivo de explorar algumas nuances, sem a finalidade de se esgotar tema tão complexo.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO DO BRIC

1.1 Evolução Histórica

O termo BRIC tem trajetória peculiar. Uma junção de letras a partir dos nomes de um grupo de países que transformou-se gradualmente em elemento de análise, com interesse não apenas acadêmico, mas também no âmbito da política internacional.

Os países membros (Brasil, Rússia, Índia e China), têm feito esforços para encontrar denominadores comuns, possíveis complementaridades e possibilidades de atuação conjunta.

Em um momento em que há a percepção generalizada da necessidade de adequação da arquitetura institucional multilateral às novas condicionantes econômicas e políticas; quando os foros tradicionais de decisão se vêm na contingência de incluir membros deste grupo de países o debate a respeito do papel que poderia desempenhar a soma de quatro economias emergentes de razoáveis dimensões ganha importância crescente na agenda.

As razões saltam aos olhos em função da importância que eles vêm adquirindo na economia mundial; quando se registra crescente multiplicidade de acordos preferenciais bilaterais, com o risco de provocar desvio de comércio e, ao mesmo tempo, se observa a intensificação do regionalismo em algumas partes do mundo.

Assim, o supracitado assunto requer análise de efeitos no âmbito das relações entre os quatro países e implicações em termos de governança internacional. Outrossim, há em geral menos conhecimento quanto às peculiaridades individuais, às características e à probabilidade de atuação conjunta.

Tem-se pouco conhecimento das necessidades, dos hábitos e de como os países membros podem ser compatibilizados em forma conjunta. Isto é verdade também no tocante às relações bilaterais e no que se refere à identificação de

Volume 2 - Número 1

interesses comuns que possam motivar convergência de posições negociadoras em foros multilaterais.

Do ponto de vista de um dos países incluídos na sigla, no caso presente o Brasil, isto gera a necessidade de não apenas aumentar o grau de conhecimento acerca deste conjunto de países, como, sobretudo, de vislumbrar quais seriam as oportunidades e os desafios embutidos na aproximação com esses parceiros.

1.2 Reuniões de Cúpula de Chefes de Estado e de Governo do BRIC

A I Cúpula de Chefes de Estado e de Governo dos BRIC deu-se na cidade de Ecaterimburgo, região dos Montes Urais na Rússia, em 16 de Junho de 2009. Nela, institucionalizou-se a aliança política entre os membros, numa demonstração inequívoca de coesão político-econômica entre Brasil, Rússia, China e Índia.

Os principais aspectos discutidos⁷ foram: o papel central desempenhado pelas Cúpulas do G20 em lidar com a crise financeira. Elas estabeleceram cooperação, coordenação e diálogo políticos no que se refere aos assuntos econômicos e financeiros mundiais, o comprometimento com a promoção da reforma das instituições financeiras internacionais para que reflitam as mudanças ocorridas na economia mundial.

As economias emergentes e em desenvolvimento devem ter voz mais ativa e maior representatividade em instituições financeiras internacionais e seus diretores e lideranças sênior deveriam ser designados por meio de um processo de seleção aberto, transparente e baseado no mérito. Vislumbra-se a forte necessidade de criação de um sistema monetário internacional estável, previsível e mais diversificado.

O fortalecimento da coordenação e da cooperação entre os Estados no campo da energia, inclusive entre produtores e consumidores de energia e

⁷ Fonte: Ministério da Relações Exteriores

Estados de trânsito teve incentivo como meio de reduzir a incerteza e garantir a estabilidade e a sustentabilidade. A diversificação de fontes e suprimento de energia, incluindo energia renovável, segurança das rotas de trânsito de energia e criação de novos investimentos e infraestrutura energética, também foram favorecidas.

O BRIC reiterou o compromisso de elevar a cooperação entre estes países em áreas socialmente vitais bem como aumentar os esforços para a provisão de assistência humanitária internacional e para a redução de riscos de desastres naturais. Os países membros tomaram nota do comunicado sobre segurança alimentar global emitido como contribuição fundamental dos países BRIC aos esforços multilaterais para definir as condições sustentáveis para que se alcance essa meta.

O grupo apoiou uma ordem mundial multipolar mais democrática e justa baseada no respeito ao direito internacional, igualdade, respeito mútuo, cooperação, ação coordenada e tomada de decisões coletiva por todos os Estados. Reiteraram ainda o apoio aos esforços políticos e diplomáticos para solucionar pacificamente controvérsias nas relações internacionais.

Firmou o compromisso com a diplomacia multilateral, com a Organização das Nações Unidas como ator central no tratamento dos desafios e das ameaças globais. Nesse sentido, reafirmou a necessidade de uma reforma abrangente da ONU com vistas a torná-la mais eficiente para lidar com os desafios globais atuais de forma mais efetiva. O grupo reiterou a importância concedida ao status da Índia e do Brasil nas questões internacionais e o apoio às aspirações dos dois países no sentido de desempenharem papel mais relevante na Organização das Nações Unidas.

Os membros do BRIC concordaram a promoção de diálogo e cooperação entre si de maneira crescente, proativa, pragmática, aberta e transparente. O diálogo e a cooperação não apenas servem a interesses comuns de economias de mercado emergentes e países em desenvolvimento, mas também para a construção de um mundo harmonioso de paz duradoura e prosperidade comum.

A segunda Cúpula de Chefes de Estado e de Governo dos BRIC, realizada em Brasília, no dia 15 de Abril de 2010, consolidou o grupo BRIC, como um fórum multilateral de decisão estratégica entre os países membros e reafirmou a importância que estas nações dão ao Grupo⁸:

Ao final do encontro foram adotados os seguintes posicionamentos comuns: Governança Global⁹; Comércio Internacional¹⁰; Desenvolvimento¹¹; Combate à pobreza¹²; Energia¹³; Mudança no Clima¹⁴; Terrorismo¹⁵; Aliança das Civilizações¹⁶; Haiti¹⁷.

⁸Disponível em www.politicaexterna.com acesso:28/10/2010

⁹ Os BRIC compartilham a percepção de que o mundo está passando por mudanças importantes e rápidas, que realçam a necessidade de transformações correspondentes na governança global, em todas as áreas relevantes. Sublinham o apoio a uma ordem mundial multipolar, equitativa e democrática, baseada no Direito Internacional, na igualdade, no respeito mútuo, na cooperação, na ação coordenada e na tomada de decisão coletiva de todos os Estados.

¹⁰ Ressaltam os BRIC a importância do sistema de comércio multilateral, consubstanciado na Organização Mundial do Comércio, para proporcionar um diálogo aberto, estável, equitativo e não discriminatório para o ambiente do comércio internacional. Neste contexto, se comprometem e instar todos os Estados a resistir a todas as formas de protecionismo comercial e a lutar contra restrições disfarçadas ao comércio. Concordam na necessidade de uma solução global e equilibrada de negociações comerciais multilaterais da Rodada Doha, de forma a que se cumpra o seu mandato como rodada do desenvolvimento, com base nos progressos já realizados, inclusive no que diz respeito à questão das modalidades. Tomam nota e apoiam fortemente a candidatura de adesão da Rússia à OMC.

¹¹ Reiteram a importância da Declaração do Milênio das Nações Unidas e a necessidade de alcançar os Objetivos do Milênio (ODM). Ressaltam a importância de prevenir um potencial revés para os esforços dos países pobres que visem atingir os ODM, devido aos efeitos da crise econômica e financeira. Devem, os BRIC também continuar a desenvolver esforços para alcançar os ODM até 2015, inclusive através da cooperação técnica e do apoio financeiro aos países pobres na execução das políticas de desenvolvimento e proteção social para suas populações.

¹² Instam a comunidade internacional a fazer todos os esforços necessários para combater a pobreza, a exclusão social e a desigualdade, tendo em conta as necessidades especiais dos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos, pequenas ilhas e países africanos. Apoiam a cooperação técnica e financeira como forma de contribuir para a consecução do desenvolvimento social sustentável, com proteção social, pleno emprego e políticas e programas de trabalho digno, dando especial atenção aos grupos mais vulneráveis, como os pobres, as mulheres, os jovens, os migrantes e as pessoas com deficiência.

¹³ Reconhecem os países membros, que a energia é um recurso essencial para a melhoria do padrão de vida de nossos povos e que o acesso à energia é de extrema importância para o crescimento econômico com equidade e inclusão social. Os BRIC buscaram desenvolver sistemas energéticos mais limpos, mais acessíveis e sustentáveis, promover o acesso à energia e tecnologias e práticas energéticas eficientes em todos os setores. Procurarão diversificar suas matrizes energéticas, aumentando, quando apropriado, a contribuição das fontes de energia renováveis, e encorajaremos um uso mais limpo e mais eficiente dos combustíveis fósseis e outros combustíveis.

¹⁴ Reconhecem que a mudança climática é uma ameaça grave que requer ação global fortalecida. Os BRIC se comprometem a promover a 16ª Conferência das Partes para a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e a 6ª Conferência das Partes servindo como

2. RELAÇÕES BILATERAIS COM FOCO NO BRASIL

2.1 Relações Brasil-Rússia

2.1.1 Considerações Iniciais

A Rússia é sem dúvidas uma nação fadada a exercer grande influência em âmbito global. No século XX, ao lado dos Estados Unidos da América, a Rússia exerceu papel preponderante ao dividir o planeta entre duas ideologias díspares: este com o modelo político do socialismo de Estado, como a característica fundamental da economia planificada e o Estado no coração do poder decisório nacional, aquele representante do capitalismo e do liberalismo econômico, tendo o livre mercado à frente dos processos econômicos.

O século XX para a Rússia foi um longo século marcado por guerras e revoluções. Apesar dos êxitos assinalados, acabou fracassando o modelo do socialismo realmente existente, mas também não mergulhou no todo no projeto neoliberal.

No limiar do século XXI, russos enfrentam os desafios de escolher estratégias viáveis que os levem à construção de uma sociedade justa, próspera,

Reunião das Partes do Protocolo de Kyoto, no México, para alcançar um acordo abrangente, equilibrado e vinculante que fortaleça a implementação da Convenção e do Protocolo.

¹⁵ Os BRIC condenam atos terroristas em todas as formas e manifestações. Observam que a luta contra o terrorismo internacional deve ser empreendida com o devido respeito à Carta da ONU, as convenções e protocolos internacionais, a Assembléia Geral da ONU e as resoluções do Conselho de Segurança relativas ao terrorismo internacional, e que a prevenção de atos terroristas é tão importante quanto à repressão do terrorismo e seu financiamento. Neste contexto, apelam para a rápida conclusão das negociações na Assembléia Geral da ONU da Convenção Global sobre Terrorismo Internacional e sua adoção por todos os Estados-Membros. Brasil e China expressam seu pesar e solidariedade com os povos e governos da Rússia e Índia, que sofreram ataques terroristas bárbaros. O terrorismo não pode ser justificado por nenhum motivo.

¹⁶ Afirmam os BRIC a importância de incentivar o diálogo entre civilizações, culturas, religiões e povos. Neste contexto, apoiamos a "Aliança de Civilizações", uma iniciativa das Nações Unidas, destinada à construção de pontes e à promoção do conhecimento mútuo. Louvam a decisão brasileira de sediar, no Rio de Janeiro, em maio de 2010, o 3º Fórum Global e confirmamos a nossa intenção de estar presentes no evento, com representação de alto nível.

¹⁷ Reafirmam a solidariedade ao povo haitiano, que tem lutado sob circunstâncias terríveis desde o terremoto de 12 de janeiro e reiteramos nosso compromisso de reunir esforços com a comunidade internacional para ajudar a reconstruir o país, sob a orientação do governo haitiano, e de acordo com as prioridades estabelecidas pelo Plano de Ação para a Recuperação e o Desenvolvimento do Haiti.

Volume 2 - Número 1

livre e democrática e a uma adequada inserção no quadro das relações internacionais. O desafio que se enfrenta é a construção de modernidades alternativas¹⁸.

Não obstante, o seu inquestionável arsenal bélico nuclear, este país um possui papel de destaque em qualquer análise geopolítica no plano das relações internacionais.

2.1.2 O Sistema Político Russo¹⁹

A Constituição russa de 1993²⁰, define a Rússia como um Estado democrático de Direito, sendo organizado em uma república federativa. A partir de 2000 todo o território do país passou a ser dividido em 7 circunscrições federais ou *okrug*, encabeçadas por Representantes Plenipotenciários do Presidente da Rússia.

Estes representantes são nomeados pelo Presidente e diretamente subordinados ao Chefe de Estado e executam a tarefa principal de monitoramento para que a Constituição seja rigorosamente observada pelas autoridades regionais e para que as leis locais a não contradigam.

Administrativamente, a Federação da Rússia compreende um total de 85 unidades federais, entre as quais são: 21 repúblicas²¹, 8 territórios²², 48 autônomas²³. A capital Federal da Rússia é Moscou.

¹⁸ Daniel Aarão Reis: Os intelectuais russos e a formulação de modernidades alternativas: um caso paradigmático? In Estudos Históricos, nº 37, janeiro-junho, 2006; e também: A la recherche de modernités alternatives: l'aventure politique des intellectocrates russes du milieu du XIXème siècle, in Denis Rolland, Marcelo Ridenti e Elide Bastos, orgs.: L'intellectuel, l'Etat et La Nation, Paris, L'Harmattan, 2006. Foi publicada igualmente uma versão brasileira, pela Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, em 2006.

¹⁹Extraído do Site da Embaixada da Rússia no Brasil.

²⁰ Constituição datada de 12 de dezembro de 1993.

²¹As 21 Repúblicas são, a saber: Adiguésia; Altai; Bascortostão; Buriácia; Cabárdia-Balcária; Cacássia ;Calmúquia; Carachai-Circássia; Carélia ; Chechênia ; Chuváchia; Daguestão; Inguchétia ; Iacútia; Komi; Mari El ; Mordóvia ; Ossétia do Norte-Alânia; Tartaristão; Tuva ; Udmúrtia.

2.1.3 Composição do Poder Estatal Russo²⁴

O chefe do Estado russo é o **Presidente**, a quem compete proteger a Constituição do País, direitos humanos e liberdades civis, determinar as diretrizes da política interna e externa em conformidade com a Constituição e leis federais. O mandato do Presidente é de quatro anos, com uma reeleição.

Para o cargo presidencial pode ser eleito qualquer cidadão da Federação com mais de 35 anos de idade e com residência permanente no país durante pelo menos de 10 anos. As eleições do Presidente são gerais, diretas e secretas.

O poder legislativo russo é representado pela **Assembléia Federal** (Parlamento Russo). Ela compreende duas Câmaras: Conselho da Federação (Câmara Alta), Duma Estatal (Câmara Baixa).

O **Conselho da Federação** é a câmara alta da Assembleia Federal - O Parlamento da Federação Russa integrado por 186 membros - dois representantes de cada unidade administrativa do total das 88 da Federação (um representante do Legislativo e outro - do Executivo), por eleição indireta.

A **Duma Estatal** a chamada "casa baixa" da Assembleia Federal - O Parlamento da Federação Russa e consiste de 450 deputados eleitos em votação geral, direta, proporcional e por partido, para o mandato de 4 anos. É parte de um sistema presidencial-parlamentar do governo, operando na Rússia, sob a Constituição de 1993.

2.1.4 O Judiciário Russo

O Poder Judiciário na Rússia compete exclusivamente aos tribunais cujos magistrados são independentes, têm imunidade e não podem ser exonerados,

²²Os territórios são: Altai; Kamtchatka; Khabarovsk; Krasnodar ; Krasnoiarsk; Perm; Stavropol; Zabaykalsky.

²³Chukotka; Khantia-Mansia; Nenetsia; Iamália

²⁴Extraído do Site da Embaixada da Rússia no Brasil.

Volume 2 - Número 1

devendo obedecer somente à Constituição e às leis federais. Os processos judiciais de todos os níveis estão à disposição do público.

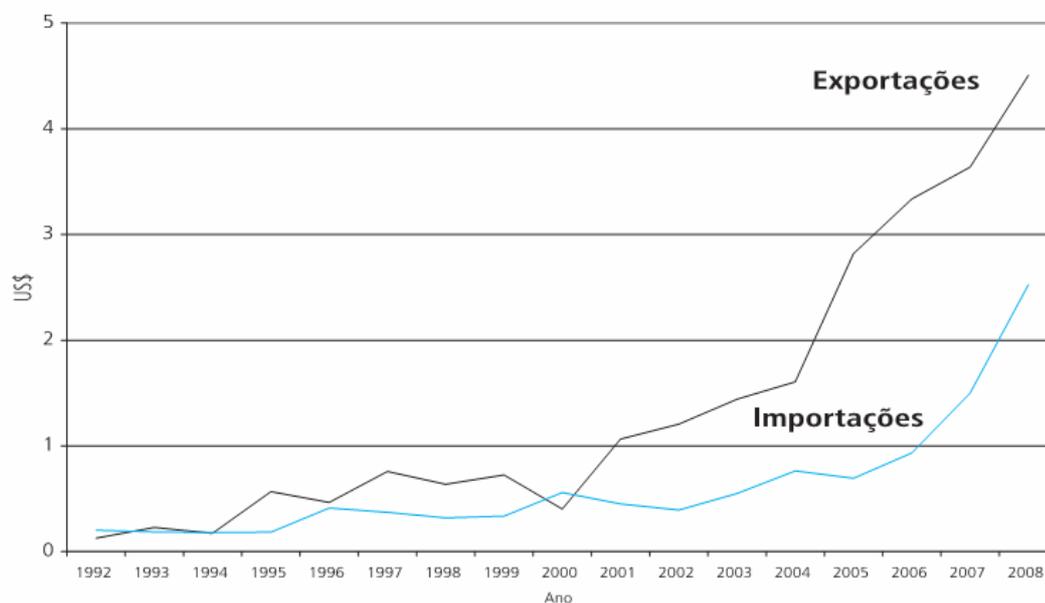
É prerrogativa do Tribunal Constitucional cuidar dos casos de correspondência das leis federais bem como dos atos do Legislativo e Executivo, das Constituições das repúblicas-membros da Federação e verificar a constitucionalidade das novas leis.

O Supremo Tribunal da Federação da Rússia é o órgão superior do Poder Judiciário do País em todos os casos do Direito Civil, Criminal, Administrativo e outros sujeitos à jurisdição geral e executa a supervisão judicial sobre as atividades dos outros tribunais. Por fim, o Tribunal Superior de Arbitragem é o órgão superior do Poder Judiciário que cuida das disputas econômicas.

2.1.5 Relações Comerciais Brasil-Rússia

Brasil e Rússia têm incrementado substancialmente seu comércio bilateral. Conforme gráfico abaixo, percebe-se que após o ano de 2003, e as séries de visitas entre os Chefes de Governo de ambas as nações o comércio teve crescimento expressivo, atingindo a cifra de aproximadamente U\$\$ 7 bilhões.

Importações e Exportações do Brasil para a Rússia em U\$\$ Bilhões (1992-2008)

Gráfico 1²⁵

Os principais produtos brasileiros exportados para a Rússia estão descritos na tabela abaixo:

Exportações brasileiras da Rússia - 10 principais produtos

	Produto	Part 1 (%)	Part 2 (%)
S2-2741	Enxofre	0.6	3.0
S2-3222*	Outros Carvões	-	2.3
S2-56211	Nitrato de Amônia	3.8	6.8
S2-56213	Sulfato de Amônia	2.1	2.2
S2-56216	Uréia	13.4	21.2
S2-56231	Cloreto de Potássio	23.2	18.2
S2-56291**	Fertilizante de Nitrogênio Fósforo e Potássio	0.0	1.5
S2-56292**	Fertilizante de Nitrogênio e Fósforo	28.0	26.7

²⁵ Fonte: Ministério de Indústria Comércio Exterior do Brasil.

Volume 2 - Número 1

S2-67169*	Outras Ligas de Ferro	1.6	1.6
S2-67251***	Lingotes e Outras Formas de Ferro	1.3	10.2
Total		92.5	92.0

Tabela 1²⁶

2.1.6 Relações Diplomáticas Brasil-Rússia

Brasil e Rússia estabeleceram os primeiros contatos diplomáticos no ano de 1828 através do estabelecimento de relações Diplomáticas²⁷. No ano de 1917 ocorreu o rompimento de relações diplomáticas entre os países, em decorrência do não reconhecimento pelo Brasil do governo de Vladimir Lênin²⁸.

Já em 1945, após o término da II Grande Guerra Mundial, o Brasil reatou os laços Diplomáticos, agora com a então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)²⁹. Porém já em 1947, em decorrência da formação do Bloco de países que adotavam o Sistema Capitalista, liderados pelos Estados Unidos da América, do qual o Brasil fazia parte e do Bloco de Países que adotavam o Socialismo liderados pela URSS, mais uma vez ocorreu o rompimento das relações diplomáticas agora entre Brasil e a URSS.

As relações entre ambos somente foram reatadas através do Acordo, por troca de Notas, sobre o Restabelecimento de Relações Diplomáticas com a União

²⁶ Fonte: Tabulação própria baseada de dados UN/COMTRADE; Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Ipea; Câmara de Comércio Brasil-Rússia e Embaixada da Rússia no Brasil

(a) Part1 = participação média nas importações bilaterais totais em 1999-2001

(b) Part2 = participação média nas importações bilaterais totais em 2006-2008

Rússia:

* Não aparece em 2007, 2001, 2000 e 1999

** Não aparece em 2001 e 1999

*** Não aparece em 2008, 2007, 2000 e 1999

²⁷ Ver site Ministérios das Relações Exteriores do Brasil(MRE): www.mre.gov.br; Acesso em 25/01/2011.

²⁸ Ver site; www.itamaraty.gov.br; Acesso em 25/01/2011.

²⁹ O restabelecimento das relações se deu na data de 02/04/1945, como consta em www.mre.gov.br; acesso em 26/01/2011.

das Repúblicas Socialistas Soviéticas³⁰. As relações bilaterais não se desenvolveram muito durante a Guerra Fria, notadamente porque Brasil e Rússia estavam em pólos díspares dos sistemas em vigor na época.

As relações entre os dois países somente tiveram uma melhora vinte e quatro anos mais tarde, já em 1985, no final da Ditadura Militar brasileira, quando da Celebração do Acordo de Cooperação Econômica e Técnica entre Brasil e a URSS³¹.

No ano 2000 e 2001 houve respectivamente a I e a II Reunião da Comissão Intergovernamental Brasil-Rússia³². Já em 2002, no término de seu segundo Mandato como Presidente, Fernando Henrique Cardoso, realizou sua primeira visita a Rússia, em cujo foi assinado o Tratado de Extradicação entre a Federação Russa e a República Federativa do Brasil³³.

Em 2004, foi celebrado o Memorando de entendimento sobre Cooperação no Domínio de Tecnologias Militares de Interesse Mútuo³⁴. Atualmente as relações tem se desenvolvido de forma muito profícua.

2.2 Relações Brasil- Índia

“Os Ovos das galinhas indianas eram – e naturalmente ainda são ligeiramente maiores dos que os das galinhas da Europa, ou pelo menos, das da Grã-Bretanha” Fernando Pessoa³⁵

2.2.1 Considerações Iniciais

³⁰ Acordo Celebrado em 23 de Novembro de 1961 , entrando em vigor na mesma data. Ver: www.mre.gov.br; acesso 25/01/2011 ÀS 20:53.

³¹ Acordo Celebrado em 10/12/1985, tendo sido Promulgado pelo Congresso Nacional Brasileiro no dia 21/12/1988, já no governo de José Sarney. Ver: www.senado.gov.br; acesso em 25/01/2011.

³² As reuniões ocorreram respectivamente nas datas, a saber: 21/06/2000 e 25/09/2001. Ver em www.politicaexterna.com; acesso em 25/01/2011.

³³ A Visita Oficial de Fernando Henrique Cardoso se deu no dia 13/01/2002 e a assinatura do Tratado de Extradicação no dia 14/01/2002.

³⁴ Acordo Celebrado em 09/04/2002.

³⁵ PESSOA, Fernando. A essência do Comércio. Disponível em <http://arquivopessoa.net/textos/99>. Acesso em 06/03/2011

A Índia é uma das mais antigas civilizações do mundo com uma variedade caleidoscópica e rico património cultural. Ela tem conseguido multifacetado progresso socio-económico durante os últimos 59 anos, desde sua Independência.

A Índia se tornou auto-suficiente na produção agrícola, e agora é o décimo país industrializado do mundo³⁶. Como o sétimo maior país do mundo, a Índia se destaca do resto da Ásia, marcada como é por montanhas eo mar, que dão ao país uma entidade geográfica distinta.

Brasil e Índia são chamados por Samuel Pinheiro Guimarães de “Grandes países Periféricos” que seriam “ aqueles países não desenvolvidos, de grande população e de grande território contínuo, não-inóspito, razoavelmente passível de exploração econômica”³⁷.

Segundo este pensador, essas características os diferenciam de outros países da periferia, por serem potencialmente capazes de promover maior acumulação de capital, permitindo o desenvolvimento científico-tecnológico e relativa capacidade militar, além de auxiliar em sua competitividade internacional, o que diminuiria sua vulnerabilidade a choques e pressões externas.

Na Índia são faladas 33 línguas, sendo que existe 1652 dialetos no subcontinente, das quais 22 são literárias e 18 são oficiais. O hindi (falado por cerca de 30% da população) e o inglês (15% da população o domina), são reconhecidos como línguas legislativas e judiciárias, sendo utilizados nas correspondências entre os estados e o governo central. O português é falado no estado de Goa por cerca de 20% da população local (em torno de 2070 mil pessoas- de um total de 1.300.000), porém apenas em família³⁸.

³⁶ Dados Extraídos do Site do Consulado Geral da Índia no Brasil. Disponível em www.indiaconsulate.org.br. Acesso 06/03/2011.

³⁷ GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Desafios e dilemas dos grandes países periféricos: Brasil e Índia**. Revista Brasileira de Política Internacional. Rio de Janeiro. Ano 41. Nº 1. 1998. Pg.3.

³⁸ BRASEMB NOVA DELHI [OFÍCIO 028] 20 abr. 1998, Nova Delhi [para] MRE. BRASÍLIA. 35 p. Visita do presidente Narayanan. Maço de apoio.

2.2.2 O Sistema Político Indiano

A Índia é um país formado por uma união de Estados. É um Estado soberano e laico. Politicamente é uma República Democrática com um sistema parlamentar de governo.

O Presidente é o chefe constitucional do Executivo da União. Nos estados, o Governador, como representante do presidente, é o chefe do Executivo. O sistema de governo é dividido em 28 estados³⁹ e sete territórios da União no país⁴⁰. Cada Estado tem uma Assembléia Legislativa. Alguns Estados têm uma casa superior também chamado de Estado do Conselho Legislativo. Já os Territórios da União são administrados pelo presidente através de um administrador nomeado por ele⁴¹.

A República é regulada nos termos da Constituição da Índia, que foi adaptada pela Assembleia Constituinte em 26 de novembro de 1949 e entrou em vigor em 26 de janeiro de 1950.

O Conselho do Parlamento da União é composto pelo Presidente e duas casas conhecidas como o Conselho dos Estados (Rajya Sabha) e a Casa do Povo (Lok Sabha). Existe também um Conselho de Ministros, chefiado pelo Primeiro-Ministro para ajudar e aconselhar o Presidente, que exercerá suas funções de acordo com o conselho. O Conselho de Ministros é coletivamente responsável perante a Casa do Povo (Lok Sabha).

Cada Estado tem uma Assembléia Legislativa. Alguns Estados têm uma casa superior também chamado de Estado do Conselho Legislativo. Existe um governador de cada estado que é nomeado pelo Presidente.

³⁹Os 28 Estados da Índia estão especificados, a saber: Andhra Pradesh, Arunachal Pradesh, Assam, Bihar, Chhattisgarh, Goa, Gujarat, Haryana, Himachal Pradesh, Jammu and Kashmir, Jharkhand, Karnataka, Kerala, Madhya Pradesh, Maharashtra, Manipur, Meghalaya, Mizoram, Nagaland, Orissa, Punjab, Rajasthan, Tamil Nadu, Tripura, Uttarakhand, Uttar Pradesh e West Bengal.

⁴⁰Já os Territórios da União do País são, a saber: Andaman and Nicobar Islands, Chandigarh, Delhi, Dadra and Nagar Haveli, Daman and Diu, Lakshadweep e Puducherry.

⁴¹Informação extraída do Site da Embaixada da Índia no Brasil. www.indianembassy.org.br. Acesso em 08 de Março de 2011.

2.2.3 O Sistema Judiciário Indiano

No ápice de todo o sistema judiciário indiano está a Suprema Corte da Índia composto por 26 juízes (incluindo o Chefe de Justiça da Índia) que permanecem nos cargos até atingir a idade de 65 anos.

Conta ainda com um Tribunal Superior para cada Estado ou grupo de Estados. Cada Tribunal Superior dispõe de um Chefe de Justiça e tal como outros juízes, o presidente pode, de tempos em tempos o nomear-ló.

Há ainda o Tribunal Tributário para ouvir os casos em questão substancial do direito das decisões do imposto de renda do Tribunal de Apelação (ITAT) e Aduaneiros e do Imposto Sobre Serviços Tribunal de Apelação (CESTAT).

Por fim existem os Tribunais Subordinados que tem jurisdição sobre todos os litígios de natureza civil ou criminal de acordo com as competências que lhes são conferidas.

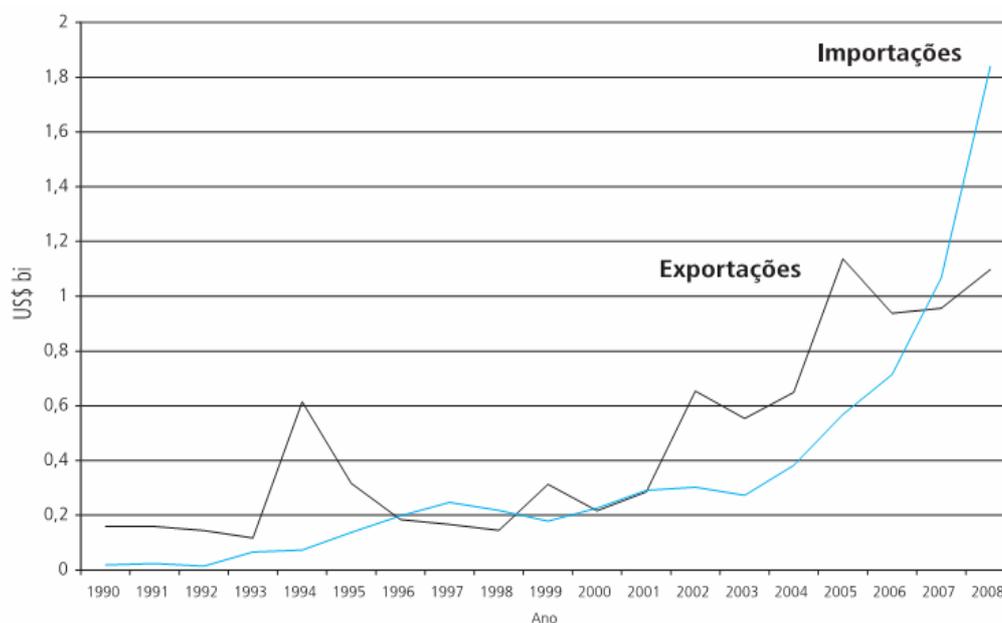
O Comércio Brasil- Índia – 1990 a 2008 U\$\$ Bilhões

Gráfico 2

Exportações brasileiras para a Índia - 10 principais produtos

	Produto	Part 1 (%)	Part 2 (%)
S2- 51569*	Açucares de Beterraba e Cana	1.6	2.1
S2-2784	Asbestos	3.2	2.7
S2-28711	Minério e Concentrado de Cobre	–	22.8
S2-3330	Petróleo Cru	–	11.2
S2-4232	Óleo de Soja	39.2	15.9
S2-51216***	Álcool Etilico	–	1.7
S2-67169	Outras Ligas de Ferro	0.8	2.7
S2-7421**	Bombas com Dispositivo de Medição	0.1	1.8
S2-7923***	Aeronaves com até 15.000 Kg	–	2.3
S2-7924***	Aeronaves acima de 15.000 Kg	–	8.8
	Total	44.9	72.2

Tabela 2⁴²**2.2.4 Relações Diplomáticas Brasil-Índia**

As Relações Diplomáticas Brasil – Índia foram estabelecidas em 1947, com a entrega das credenciais do embaixador Mino Misani ao presidente Getúlio

⁴² Fonte: Tabulação própria baseada de dados UN/COMTRADE; Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Ipea; Câmara de Comércio Brasil-Índia e Embaixada da Índia no Brasil

(a) Part1 = participação média nas importações bilaterais totais em 1999-2001

(b) Part2 = participação média nas importações bilaterais totais em 2006-2008

Índia:

* Não aparece em 2007, 2001, 2000

** Não aparece em 2001, 2000 e 1999

*** Não aparece em 2008, 2007, 2001, 2000 e 1999

Volume 2 - Número 1

Vargas. A Embaixada Indiana no Brasil foi inaugurada no Rio de Janeiro em 3 de Maio de 1948, sendo a primeira missão diplomática deste país na América Latina.

A sede oficial da representação diplomática indiana no país mudou-se para Brasília em 1 de Agosto de 1971.⁴³ Em 1968, a então primeira-ministra, Indira Gandhi visitou o Brasil, constituindo-se na primeira visita de um Chefe de governo daquela nação ao país. A primeira-ministra declarou como propósito da viagem “conhecer pessoas que são estranhas a nós”, e, em relação ao Brasil reconheceu uma relação de “irmandade”.

Para Maíra Bae Vieira, especialista em Relações Internacionais, a viagem de Indira teve fins eleitoreiros internos, ao invés de uma vontade genuína de aproximação, ideia que se comprova pelo fato de que o Acordo de Cooperação Cultural, assinado durante referida visita, nunca foi posto em prática.

Os demais instrumentos de cooperação assinados no mesmo ano, o potencialmente importante Acordo de Cooperação para a Utilização Pacífica da Energia Nuclear (expirado em 1975) e o Acordo de Comércio, tampouco saíram do papel⁴⁴.

2.3 Relações Brasil- China

"Se a partir dos anos 60, a China não houvesse chegado a possuir bombas atômicas e de hidrogênio, nem lançado satélites, não poderia chamar-se grande potência, de significativa influência, nem deter a posição internacional que tem agora."

Deng Xiaoping

⁴³Dados do Consulado Geral da Índia no Brasil. Ver www.indiaconsulate.org.br Acesso em 15 de Março de 2011.

⁴⁴VIEIRA, M.B.B.V. Relações Brasil-Índia (1990-2006). Porto Alegre. 2007

2.3.1 Considerações Iniciais

A China possui inúmeras peculiaridades nacionais, muitas vezes difíceis de serem descritas. Porém é fato que a China possui um nítido e cristalino projeto de Poder: tornar-se a maior potência econômica do século XXI, quiçá política. Todas as direções apontam para esse caminho.

Em 2011, a China ultrapassou o Japão como a segunda maior economia do mundo. As projeções do banco Goldman Sacs indicavam que tal fator poderia ocorrer até 2015. Certamente, caso a economia chinesa continue a apresentar taxas de crescimento econômico próximas das atuais, até 2030 ou um pouco antes, a China reinará soberana como a maior potência econômica do mundo, ultrapassando os Estados Unidos da América, fato este impensável de ocorrer até a queda do mundo de Berlim e o conseqüente término da Guerra Fria, que dividiu o planeta entre socialistas e capitalistas.

2.3.2 O Sistema Político Chinês⁴⁵

A República Popular da China é um país socialista, dirigida pela classe operária, com a ditadura democrática popular com base na aliança de operários e camponeses adotando o sistema socialista como sistema político fundamental.

A Constituição conta com a máxima eficácia legislativa. O “Programa Comum da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês” promulgado em 1949 na véspera da fundação da República Popular da China é o programa da frente única da democracia popular da China, além de desempenhar o papel como a constituição provisória. Desde sua promulgação, a China fez quatro revisões sobre a Constituição para aperfeiçoá-la.

⁴⁵Com informações da Embaixada da China no Brasil

A Assembléia Popular Nacional é determinada pela Constituição chinesa como o órgão do poder nacional supremo e é tanto o sistema político básico da China como o tipo de organização do poder político supremo da ditadura democrática popular. É composta por representantes eleitos em todas as províncias, regiões autônomas, municípios e no exército para mandato de 5 anos.

As funções básicas da Assembléia Popular Nacional da China incluem os direitos de legislação, supervisão, decisão sobre os importantes assuntos, eleger e demitir os principais líderes chineses, tais como, o presidente do país, o presidente do Comitê Permanente da Assembléia Popular Nacional, nomear o primeiro-ministro do Conselho de Estado.

O sistema de cooperação multipartidária e consulta política, dirigido pelo Partido Comunista da China é um sistema político fundamental da China. A união e a democracia constituem os dois temas mais importantes.

Além do partido no poder, o Partido Comunista da China, o país conta com oito partidos que existem antes da fundação da República Popular da China. Os partidos apoiam a direção do Partido Comunista da China. Embora sejam independentes, gozando de liberdade política, independência de organização e igualdade da posição legislativa do âmbito estipulado pela Constituição.

2.3.3 As Instituições Estatais na China⁴⁶

Na China todo o poder pertence ao povo. Os órgãos pelos quais o povo exerce o poder estatal são a Assembléia Popular Nacional e as assembleias populares locais de diversos níveis, compostas por deputados eleitos democraticamente, oriundos dos diversos setores sociais, regiões, etnias, classes e camadas sociais, por isso possuem ampla representatividade. Eles prestam contas ao povo e se submetem a seu controle.

⁴⁶ Com informações da Embaixada da China no Brasil

Nas sessões das Assembléias populares, para discutir as políticas e orientações do Estado, os deputados podem expor plenamente suas opiniões e, uma vez tomada a decisão, se aplica conjuntamente. Deste modo, se concentra a vontade popular e o povo administra os assuntos estatais através de assembléias populares.

Outro importante órgão da cooperação multipartidária e consulta política na China é a Conferência Consultiva Política do Povo Chinês dirigida pelo Partido Comunista da China, constitui-se também em um relevante meio para divulgar a democracia socialista na vida política chinesa. A união e a democracia são os principais temas da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês.

. A consulta política visa discutir e consultar os importantes princípios nacionais e locais, bem como os problemas políticos, econômicos, culturais e sociais antes da decisão. Sendo a mais ampla organização da linha unificada patriota da China, a Conferência Consultiva Política do Povo Chinês tem grande atuação nacional contribuindo para a vida política e social do país, assim como nas atividades amistosas com o exterior.

O Conselho de Estado chinês⁴⁷, ou seja, o governo central popular é o órgão executivo supremo do país. Ele aplica as leis elaboradas e as resoluções aprovadas pela Assembléia Popular Nacional da China e seu Comitê Permanente. O Conselho de Estado é composto por primeiro-ministro, vice-primeiro-ministro, conselheiros, ministros, diretor, chefe de contas e secretário-geral de todas as comissões.

O Conselho de Estado estipula as medidas executivas, no âmbito de suas funções, elabora as leis e regulamentos executivos, promulga as decisões e ordens.

A Chancelaria é o departamento do Conselho de Estado, encarregado nas políticas exteriores do país e assuntos diplomáticos diários.

A Comissão Estatal de Desenvolvimento e Reforma é também um departamento do Conselho de Estado responsável por elaborar e aplicar as

⁴⁷ Com informações do Consulado da China em São Paulo

Volume 2 - Número 1

estratégias da economia nacional e desenvolvimento social, reforma do sistema político, abertura com o exterior, entre outras funções.

O Ministério de Comércio foi fundado em março de 2003 com as funções de elaborar as estratégias, princípios, políticas do comércio interno e externo e do desenvolvimento da cooperação econômica internacional, redigir as leis e regulamentos sobre o comércio interno e externo, cooperação econômica internacional e investimento de comerciantes estrangeiros; estabelecer o sistema de alerta do comércio justo de importações e exportações; coordenar sobre trabalhos para enfrentar antidumping aplicados por estrangeiros sobre produtos exportados da China.

A Comissão Militar do Comitê Central do Partido Comunista da China é o mais alto órgão militar, dirigido pelo Partido Comunista da China composto por presidente, vice-presidente e membros. A principal função da Comissão Militar é dirigir diretamente as forças armadas do país.

O Exército Popular da China é o exército permanente do país as tropas policiais armadas assumem a tarefa de guardar a segurança nacional e salvaguardar a ordem social; os milicianos são populares armados que não se afastam da produção.

2.3.4 O Tribunal Popular e o Sistema Judiciário Chinês

O Tribunal Popular é o órgão de julgamento do país. A China tem o Supremo Tribunal Popular, os tribunais populares de alto nível de todas as províncias, regiões autônomas e municípios, seguidos pelos tribunais populares de médio nível.

O Supremo Tribunal Supremo Popular é o mais alto órgão de julgamento da China, exercendo os direitos de julgamento independentemente, além de ser o órgão supremo de supervisão para os tribunais populares locais. O presidente e o

Volume 2- Número 1

vice-presidente do Supremo Tribunal Popular são nomeados pela Assembléia Popular Nacional da China

2.3.5 Procuradoria Popular

A Procuradoria Popular é o órgão de supervisão legislativa do país, atuando em processos de traição contra o país, separação de territórios do país e outros crimes graves, supervisiona ainda as operações dos órgãos de segurança pública, dos tribunais populares e das prisões. Divide-se em quatro escalões: básico, médio, alto e supremo.

A Suprema Procuradoria Popular constitui-se no órgão de supervisão legislativa supremo do Estado e atua em nome do Estado se responsabilizando perante o Comitê Permanente da Assembleia Popular Nacional.

2.3.6 Os Partidos Políticos na China

2.3.6.1 Partido Comunista Chinês

O Partido Comunista da China foi fundado em Julho de 1921 sendo o representante pioneiro da classe operária e da nação chinesa. É o núcleo dirigente da causa socialista na China e atende às demandas do desenvolvimento da produtividade avançada, da orientação do avanço da cultura e dos interesses fundamentais do povo. O objetivo final do Partido Comunista da China é a realização do comunismo.

Volume 2 - Número 1

Os Estatutos do Partido determinam: O Partido Comunista da China toma o marxismo, leninismo, pensamento de Mao Tsedong, teoria de Deng Xiaoping e o importante pensamento de “tríplice representatividade” como guia de ações.

Depois da fundação da Nova China, o Partido Comunista da China tem dirigido o povo das diversas nacionalidades para salvaguardar a independência e a segurança nacional, conseguindo transformar com sucesso a sociedade de uma nova democracia para sociedade socialista e dedicando-se de forma planejada e de grande envergadura à construção socialista, obtendo enormes desenvolvimentos das causas econômica e cultural sem precedentes na história.

O Partido Comunista da China tem aplicado a política de reforma e abertura ao exterior proposta por ex-líder Deng Xiaoping. Desde então, a China tem obtido notáveis êxitos no desenvolvimento sócio econômico mundialmente reconhecidos. A fisionomia do país mudou enormemente e o país encontra-se no período em que o povo goza de melhores vantagens desde a fundação da Nova China.

O Partido Comunista da China desenvolve de forma ativa suas relações com o exterior e esforça-se pela obtenção de um ambiente internacional favorável à reforma, à abertura e à modernização do país.

Nos assuntos internacionais, o Partido Comunista da China persiste na promoção de uma política diplomática de autonomia e de paz para salvaguardar a independência e a soberania nacional da China, lutar contra o hegemonismo e a política de força, salvaguardar a paz mundial, impulsionar o progresso humano e desenvolver as relações com os diversos países do mundo na base do respeito mútuo à soberania nacional e à integridade territorial.

O Partido Comunista da China estabelece e desenvolve as boas relações com os partidos de diversos países com base nos quatro princípios de autonomia, igualdade, respeito mutuo e de não intervenção nos assuntos internos um a outro. Até agora, o Partido Comunista da China está mantendo boas relações com mais de 300 partidos de mais de 120 países do mundo. E, atualmente, conta com cerca de 700 milhões de membros.

2.3.6.2 Partidos Democráticos da China

Além do Partido Comunista da China existem no país outros oito partidos denominados de partidos democráticos, a saber: o Comitê Revolucionário do Partido Komingtang da China; a Liga Democrática da China; a Associação da Construção Democrática da China; a Associação de Fomento da Democracia da China; o Partido Democrático Camponês e Operário da China; o Partido Zhi Gong; a Sociedade de Três de Setembro da China e a Liga para Democracia e Autonomia de Taiwan.

Todos os partidos democráticos gozam de liberdade política, independência orgânica e igualdade de posição jurídica dentro das estipulações da Constituição. Os partidos democráticos não são partidos oposicionistas, mas sim partidos participantes do poder.

Membros de muitos partidos democráticos estão ocupando cargos dirigentes dos comitês da Assembleia Popular Nacional, da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, organismos administrativos e setores econômico, cultural, científico e tecnológico de diversos níveis.

Os presidentes de comitês centrais dos oito partidos democráticos são vice-presidentes do Comitê Permanente da Assembleia Popular Nacional e da Comissão Nacional da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês.

O número de militares dos partidos democráticos está aumentando e todos estes partidos têm suas organizações de base nas diversas províncias, regiões autônomas e municípios centrais, bem como nas grandes e médias cidades do país.

2.3.7 Divisão Administrativa da China

Segundo a Constituição chinesa, administrativamente, o país se divide nos seguintes níveis:

Volume 2 - Número 1

1º: província, região autônoma e município central;

2º: zhou autônomo, distrito, distrito autônomo e município de nível sub-regional;

3º: comarca, comarca étnica e vila.

A região, zhou e distrito autônomos são administrados pelas minorias étnicas. Sendo necessário, o governo central estabelece região administrativa especial.

Atualmente, entre as divisões administrativas chinesas, 34 são do primeiro escalão, abrangendo 23⁴⁸ províncias, 5⁴⁹ regiões autônomas, 4⁵⁰ municípios centrais e 2⁵¹ regiões administrativas especiais.

2.3.8 O Extraordinário Crescimento Econômico Chinês

Entre 1978 e 1991 o setor secundário liderou a taxa de crescimento do PIB e do emprego. No entanto, este movimento só se afirma, de fato, na segunda metade da década. O principal movimento ocorrido na China entre 1980 e 1983 foi a excepcional expansão do setor primário.

Após 1983 e até 1988 a indústria leve e voltada à produção de bens de consumo lidera o crescimento econômico e, a partir daí, a produção de bens de capital detém as taxas mais elevadas⁵². A mudança estrutural nos padrões de consumo foi intensa.

Em 1978 os bens duráveis de consumo eram 4: máquina de costura, bicicleta, relógio e rádio. A produção destes bens cresceu moderadamente entre

⁴⁸ As 23 províncias Chinesas são: Hebei, Shanxi, Liaoning, Jilin, Heilongjiang, Jiangsu, Zhejiang, Anhui, Fujian, Jiangxi, Shandong, Henan, Hubei, Hunan, Guangdong, Hainan, Sichuan, Guizhou, Yunnan, Shaanxi, Gansu, Qinghai, Taiwan.

⁴⁹ As 5 regiões autônomas são: Região Autônoma da Mongólia Interior, Região Autônoma do Tibet, Região Autônoma da Nacionalidade de Guangxi, Região Autônoma da Nacionalidade Hui de Ningxia, Região Autônoma da Nacionalidade Uigur de Xinjiang.

⁵⁰ Os 4 municípios centrais são: Beijing, Shanghai, Tianjin, Chongqing.

⁵¹ As 2 regiões administrativas são: Hong Kong e Macau

⁵² Singh, A. (1993) "The Plan, the Market and Evolutionary Economic Reform in China" Unctad Discussion Paper, No 76, December.

1978 e 1984 e a taxas reduzidas entre 1984 e 1990. Os "novos 5", geladeira, televisão, gravador, máquina de lavar e ventilador, tiveram taxas de crescimento explosivas entre 1978 e 1984 e elevadas entre 1984 e 1990⁵³.

É importante notar que nos anos 60 a força de trabalho rural e os empregados nas atividades agrícolas eram contingentes semelhantes totalizando algo em torno de 80% da população ocupada.

A industrialização recente chinesa contou com ampla disponibilidade de mão-de-obra egressa do campo. Desde a revolução de 1949, a migração rural-urbana esteve proibida e o fluxo migratório pós o "grande salto" e, sobretudo na época da revolução cultural, foi da cidade para o campo e áreas de fronteira.

Com as reformas do campo do final dos 70, o crescimento da produtividade tornou evidente um gigantesco excedente de força de trabalho rural. Em 1983 foi permitida uma migração temporária de trabalhadores rurais para as cidades pequenas. Para os camponeses que demonstrassem a existência de recursos e residência foi permitido em 1984, migração permanente.

Em 1995 as participações foram 31% e 20% respectivamente. O SPE concentrou-se crescentemente nas atividades de extração (petróleo, carvão), utilidades públicas e indústria pesada em particular na siderurgia e química. Em 1994, contra 39% do valor adicionado industrial no SPE e 37.5% nas EVC, o valor adicionado gerado pelo setor privado foi de 14.9% e o valor adicionado pelas empresas privadas com investimento estrangeiro foi de 8,6%⁵⁴.

Sendo uma entidade cultural multissecular, o mundo chinês, antes de manifestar-se como dado político (país reunificado), está atingindo o estágio de realidade econômica.

As três posições não se encaixam ainda: a "China política" refere-se ao conjunto mãe-pátria, Hong Kong, Macau e Formosa, a "China cultural" (ou civilização chinesa) corresponde a uma vasta área geográfica que se estende das margens do Pacífico ao coração eurasiático e às regiões subtropicais, enquanto a "China econômica", em processo de formação, tende a aproximar-se da anterior.

⁵³

⁵⁴Makino, M. (1997) "Inter-Regional Disparities in China: Welfare vs Productivity" Osaka City University Economic Review, vol. 32. No 1/2 January.

Volume 2 - Número 1

Dos confins das Sibérias ao Sudeste Asiático e Ásia Central, os chineses estão surgindo como financiadores, parceiros comerciais e receptores de investimentos. A interpenetração das economias da China e de Hong Kong, os capitais provenientes da ilha-província, a atuação da diáspora unem-se a fatores novos: reabertura das antigas rotas comerciais na Ásia Central, premissas de integração regional e aparição de "triângulos" macroeconômicos e setoriais na Ásia Oriental⁵⁵.

2.3.9 Relações Econômicas entre Brasil e China

Nos últimos dez anos, houve acentuado aumento no fluxo comercial entre Brasil e China. Essa variação ocorreu tanto nas exportações como nas importações brasileiras.

Entre os US\$ 905 milhões exportados pelo Brasil para a China em 1998 e os US\$ 10.749 milhões exportados em 2007, houve variação de 1.088%. Já entre os US\$ 1.033 milhões importados pelo Brasil da China em 1998 e os US\$ 12.617 milhões de 2007, houve crescimento de 1.121%.

Ainda que em ambos os anos limites dessa série (1998 e 2007) o Brasil tenha tido déficits comerciais com a China isso não ocorreu na maior parte do período - entre 2001 e 2006 o Brasil foi superavitário com a potência asiática. Ainda assim, a tendência é que em 2008 o déficit brasileiro seja, inclusive, acentuado.

Já em 2010 a corrente de comércio Brasil-China fechou em US\$ 56,3 bilhões, um crescimento de US\$ 20 bilhões sobre o resultado alcançado em 2009. No ano passado, o Brasil foi superavitário em US\$ 5,1 bilhões, mas cerca de 68%

⁵⁵ CARILHO, Arnaldo " O Brasil e a Área Econômica Chinesa". Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo.

das exportações brasileiras estão concentradas em minério de ferro e soja. Já os chineses exportam para o Brasil principalmente produtos de alta tecnologia, sendo 30% eletroeletrônicos, especialmente componentes de informática e telefonia. A corrente de Comércio com a China é a maior do Brasil do que com qualquer outro parceiro econômico.

3. A ENTRADA DA ÁFRICA DO SUL NO BRIC

Em dezembro de 2010, a África do Sul, foi formalmente convidada a fazer parte dos BRIC, passando o grupo a denominar-se BRICS. A entrada deste país deve-se muito aos interesses de investimento do governo Chinês, tendo em vista a grande disponibilidade de recursos energéticos, do qual a China é ávida.

Brasil, Rússia e Índia, não se opuseram à entrada do supracitado país, mas é evidente que o mesmo não possui os mesmos indicadores de população, território, crescimento econômico e Produto Interno Bruto dos demais BRICS. Assim, ainda não é possível analisar o impacto da entrada deste nos BRICS.

A entrada da África do Sul será formalizada oficialmente na próxima reunião de Cúpula dos BRICS que se dará na China, em Abril de 2011.

CONCLUSÃO

Os BRICS são sem dúvida os países que serão protagonistas do desenvolvimento econômico do século XXI.

A nova reorganização da Geopolítica Mundial se dará muito em função das atitudes político-econômicas que se derem no âmbito dos BRICS. É certamente uma revolução do ponto de vista teórico-empírico, não se comparando a qualquer outra forma de desenvolvimento vista pela humanidade.

Os BRICS lideram a recuperação mundial, pós 2008, quando a economia mundial viveu sério processo recessivo. Enquanto os principais países do G-8 amargaram crescimento negativo do PIB, os BRIC apresentaram vertiginoso crescimento econômico.

Não há hoje, nenhum analista sério de economia, Direito Internacional, geopolítica e diversas áreas que não se preocupe em analisar os impactos dos BRIC no novo panorama mundial que se desenha neste início de século.

Portanto, este artigo se insere nesta linha: perceber os múltiplos desafios e oportunidades que os BRIC apresentam para todos os setores da vida social. A correta compreensão do fenômeno BRICS, agora com a entrada da África do Sul é *conditio sine qua non* para que se perceba o novo papel do desses países no mundo: liderar, crescer e exercer cada vez mais influência no cenário econômico.

LEGAL ASPECTS OF BRICS: AN APPROACH geostrategic importance

ABSTRACT

This work is primarily for the purpose of being a beacon to the understanding of the power structure of the BRIC countries (Brazil, Russia, India and China) as Well as to evaluate the entry of South Africa in this group, now called BRICS. The BRICS constituted a strategic discussion groups countries who together own 40% of world population, 18% of world CPD and 15% of global trade. Trade among the members of the BRICS in the 2000s amounted to U\$\$230 billion, increasing on average 28% per annum. These figures demonstrate unequivocally that the study of the afore mentioned group is the *sine qua non* for a correct understanding of the New World Order that is configured I the XXI century, in hich the BRICS and play a Key role player.

Keywords: BRIC. Geopolitics. Geostrategic. Comparative Law and Economics.

REFERÊNCIAS

ARRIGHI, G. **Adam Smith in Beijing**. London: Verso, 2007

ASLUND, A. **Russia's Capitalist Revolution**. Washington: Peterson Institute for International Economics, 2007

ATTALI, J. **Uma Breve História do Futuro**. São Paulo: Novo Século, 2008.

BAUMANN, Renato, org. **O Brasil e os demais BRICs – Comércio e Política**. Brasília, DF: CEPAL. Escritório no Brasil/IPEA, 2010. Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/temas-mais-informacoes/saiba-mais-brid/livros-artigos-e-textos-academicos>

BRASEMB NOVA DELHI [OFÍCIO 028] 20 abr. Nova Delhi [para] MRE. BRASÍLIA. 35 p. Visita do presidente Narayanan. Maço de apoio. 1998

BRASIL. Consulado da China em São Paulo.

_____. Consulado Geral da Índia no Brasil. Disponível em: <www.indiaconsulate.org.br>. Acesso 06/03/2011.

_____. Embaixada da China no Brasil. Disponível em: <china-embassy.org/por/>

_____. Embaixada da Índia. Brasília. Disponível em : <www.indianembassy.org.br>. Acesso em 08 mar 2011.

_____. Embaixada da Rússia no Brasil. Disponível em: <www.brazil.mid.ru>

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <www.ibge.gov.br>

_____. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: <www.ipea.gov.br>

_____. Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Disponível em: <www.itamaraty.gov.br>. Acesso em 25/01/2011.

_____. Ministério de Indústria Comércio Exterior do Brasil. Disponível em: <www.mdic.gov.br>

_____. Política Externa Brasileira. Política Externa Brasileira, Defesa, Desenvolvimento Nacional Concurso do IRBr (CACD). Disponível em: <www.politicaexterna.com>. Acesso:28/10/2010

Volume 2 - Número 1

_____. Senado Federal. Disponível em www.senado.gov.br; acesso em 25/01/2011.

BROWN, Archie; SHEVTSOVA, Lilia (organizadores). Gorbachev, Yeltsin & Putin – A liderança política na transição russa. (Tradução de Sérgio Bath). Brasília: Universidade de Brasília, 2004.

CARILHO, Arnaldo “O Brasil e a Área Econômica Chinesa”. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo.

ENGARDIO, P. Chindia. How China and India are Revolutionizing Global Business. New York: McGraw-Hill, 2007.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Desafios e dilemas dos grandes países periféricos: Brasil e Índia**. Revista Brasileira de Política Internacional. Rio de Janeiro. Ano 41. Nº 1. 1998.

HOBBSAWUN, E. Globalização, Democracia e Terrorismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007

HORTA, Loro. “A influência militar da China na América Latina”. In: Military Review, Janeiro-Fevereiro 2009

HUI, Wang. **Democracia à chinesa**. (Entrevista concedida a Duda Teixeira). Veja, 27 de Dezembro de 2006

KAROL, K. S.; NIVAT, Anne, et alii. **Tchéchénie**: l’engrenage de l’horreur. Le Nouvel Observateur. Paris. Nº 1982 (31 Outubro – 6 Novembro 2002

KISSENGER, H. China: **Containment Won't Work**. Washington Post, Monday, June 13, 2005

LEIBNIZ, Gottfried Wilhelm. **Writings on China**. (Tradução ao inglês, notas e comentários de Daniel J. Cook e Henry Rosemont Jr.). Chicago: Open Court, 1994.

LEONARD, Mark. **O que a China pensa?** – O despertar chinês está moldando a nova ordem mundial. (Tradução de Icaro Bonamigo Gaspodini). São Paulo: Larousse do Brasil, 2008.

LETTERICIA. **A Newsletter da Criatividade**. "Sonhando com BRICs: O Caminho para 2050" ("Dreaming with BRICs: The Path to 2050"), Disponível em: <www.creativante.com.br/lettericia/blog/ano1ed8.htm>. Acesso em 30/10/2010

Volume 2- Número 1

LOVELL, Julia. **Grande muralha** – A China contra o mundo. (Tradução de S. Duarte). Rio de Janeiro – São Paulo: Record, 2008.

MAKINO, M. **Inter-Regional Disparities in China: Welfare vs Productivity**. Osaka City University Economic Review, vol. 32. No 1/2 January, 1997.

MARIN, D. C. Governo prepara ofensiva comercial nos países da Ásia. O Estado de S. Paulo, 03/09/2007

O'NEILL, Jim. **Construindo Melhores Economias Globais: BRICs** (*“Building Better Global Economic BRICs”*), 2001

PEREIRA, Antônio Carlos et alii. **A política externa do Brasil** – Presente e futuro. Brasília: Fundação Liberdade e Cidadania, 2009

PESSOA, Fernando. **A essência do Comércio**. Disponível em: <<http://arquivopessoa.net/textos/99>>. Acesso em 06/03/2011

PNUD. **Como colocar o comércio global a serviço da população**. Brasília: IPEA. ENAP.PNUD, 2004.

ROMERO, C. **A China e o futuro do Brasil**. Valor, 13/02/2008.

SINGH, A. **The Plan, the Market and Evolutionary Economic Reform in China**. Unctad Discussion Paper, No 76, December, 1993

SOBEET. **Internacionalização das empresas brasileiras**. São Paulo: Clio Editora, 2007

TREVISAN, C. **China reforça exército e sai à caça de petróleo, metais e tecnologia**. Folha de São Paulo, Caderno Especial Índia, China e Brasil, 2006

VIEIRA, M.B.B.V. **Relações Brasil-Índia (1990-2006)**. Porto Alegre. 2007

ZAKARIA, Fareed. **The Post-American World**. New York, W.W. Norton & Company Inc., 2008

ZWEIG, D. e JIANHAI, B. **China's Global Hunt for Energy** . Foreign Affairs. September/October, 2004